



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

**Boletim
maio.2006.147**
Edição Electrónica

Municípios recusam ser “bode expiatório” de erros

Em declarações que tiveram tanto de inopinadas quanto de inoportunas, o Ministro das Finanças terá defendido, durante uma Conferência no Algarve, sanções para as autarquias que ultrapassem os limites de endividamento e das despesas com pessoal.

Estranhando o tom, o sítio e o sentido de oportunidade do Ministro, o Presidente da ANMP reagiria, desafiando Teixeira Santos, por um lado, a divulgar qual a percentagem do défice público que é da responsabilidade do Poder local, por outro, a discutir directamente com a ANMP os problemas que entende haver a resolver com os Municípios, quadro seguramente bem mais ético do que fazê-lo através da comunicação social.

Fernando Ruas, que classificou as declarações como inadmissíveis, sublinharia que “há cada vez mais solicitações” para que cooperemos com o Governo, e é inquestionável que a Administração Central está, crescentemente, a contratualizar tarefas com os Municípios.

O que aumenta as despesas das autarquias resulta, em grande maioria, dos protocolos “celebrados com os diversos ministérios”, de que são exemplo, disse, a educação musical, o ensino do inglês, a educação física, os transportes escolares, o pré-escolar, a acção social, a criação de gabinetes florestais, a protecção civil”.

E se o Senhor Ministro não se entender previamente com os seus colegas de Governo, então os Municípios podem ter de ponderar a suspensão das contratualizações... E quanto ao endividamento, o Senhor Ministro sabe, porque a Lei do Orçamento de Estado é da sua responsabilidade, que os Municípios não podem aumentar o seu endividamento. Já que qualquer contrato de financiamento tem que ter, forçosamente, o visto do Tribunal de Contas, que não o concederá se os Municípios não estiverem dentro das regras vertidas naquela legislação.

Olhando para as declarações como um sinal de incapacidade do Governo para controlar as contas do Estado, o Presidente da ANMP enfatizaria que, “perante a incapacidade de controlar o défice público, o Ministro das Finanças resolveu arranjar um “bode expiatório”, e voltou-se para as autarquias”.

Mas os Municípios recusam ser, não admitem ser considerados “bode expiatório” de erros alheios...



Municípios recusam ser “bode expiatório” de erros

Municípios exigem Princípio da reciprocidade na venda de património do Estado

Programa Nacional de Actividade Física

Presidente da República recebeu Municípios Portugueses

Encerramento de serviços de saúde deve ser fundamentada em estudos

Celebrar 30 Anos de Poder Local Democrático respeitar o passado, mas perspectivar o futuro

Transporte colectivo de crianças viu estabelecidas novas medidas

Para além do Plano Nacional Municípios continuam empenhados na defesa da floresta contra incêndios

Eleitos Locais Protocolo do Estado e legitimidade eleitoral

Lembretes...

Acordo com a Sport TV Municípios podem proporcionar visionamento público do mundial

Revisão do Código Políticos não devem beneficiar de medidas penais excepcionais

Legiferando

[anterior](#) | [início](#)